

# Educação em Alerta



Jornal Sintep-MT - Edição - Maio de 2019

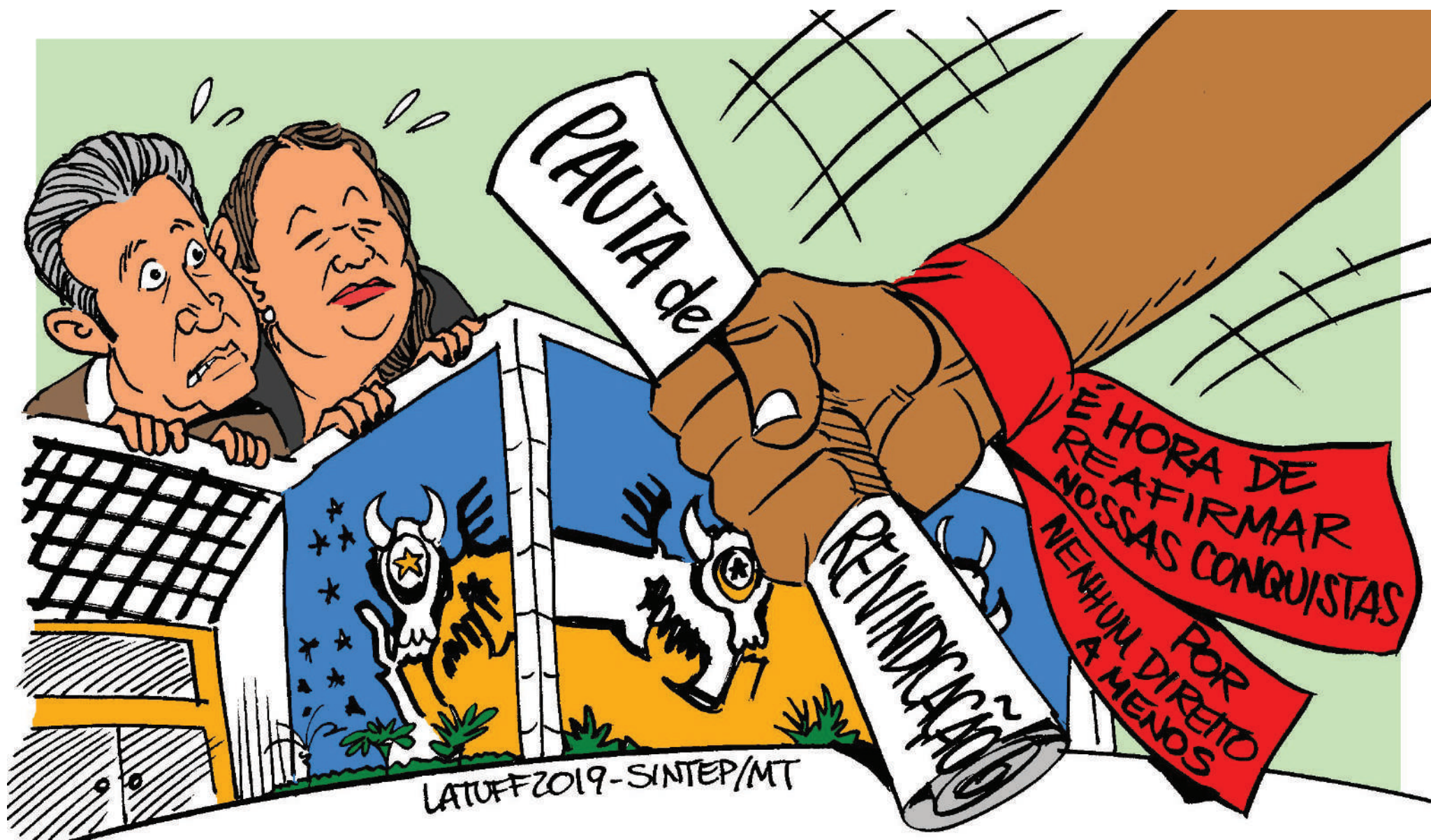
Especial  
Tabelas Salariais



## REDE ESTADUAL

Profissionais vão para o enfrentamento em defesa da Lei nº 510/2013

página - 05



## Uberização

faz a profissão do professor virar "bico"

página - 06



### FIM DO FUNDEB

Redes Municipais ficarão à deriva sem financiamento

página - 07



### REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Formação de um exército de miseráveis

página - 08

# EDITORIAL



**T**empos sombrios tem tomado conta da Educação Brasileira. Nos últimos dias se acentuaram os ataques aos direitos inclusive sobre o exercício de cátedra dos docentes em diversas regiões do Brasil.

Violência e perseguição contra Professores, em 2019, já contabiliza diversos casos, entre eles violência policial, de perseguição de professores com alguns registros de prisões no país. Esses são os casos que foram divulgados e denunciados. Mas, não temos dúvidas de quantos outros estão no anonimato e disfarçados por meio de processos administrativos disciplinares.

Tais situações, somadas as políticas de falta de valorização, investimentos e condições de trabalhos ascendem o alerta de que a educação no Brasil passará por momentos difíceis e que o exercício docente está sob ameaça.

No entanto, essas condições não poderão ser justificativa para não lutarmos por nossos ideais e a defesa intransigente da educação pública de qualidade e referenciada socialmente.

Temos o desafio de cada vez mais lutarmos por um projeto de educação humanizada, libertária, em todos os níveis de ensino e para todas as pessoas que estão envolvidas no processo educacional e não calarmos diante do fascismo e ameaças ao exercício de cátedra.

Em Mato Grosso, em tempos de data-base na rede estadual, com um governo silenciado, a perspectiva é de greve estadual, a partir de 20 de maio. Exigimos o cumprimento da Lei da Dobra do Poder de Compra, pela RGA, Concurso Público, melhores condições de trabalho e as pendências das reivindicações protocoladas junto ao governo, em fevereiro de 2019. Não aceitaremos retrocessos.

É hora de reafirmarmos nossas conquistas. E, mais, lutar contra a Reforma da Previdência do governo federal, por nenhum direito a menos. Vamos à luta!

Valdeir Pereira Presidente do Sintep/MT

## Lenha na Fogueira

### Transparência 1

A Seduc apresentou na meta física de 2018, os investimentos em infraestrutura escolar realizados entre 2015 e 2018. Segundo dados foram 220 obras, com total de R\$ 162.549.689,53 investidos. Contudo, não se esclareceu se essa conta inclui os recursos desviados da gestão Taques em 2016 (Operação Rêmoda) em que dezenas de escolas estão até hoje com obras paralisadas.

### Transparência 2

O governo apresentou uma aumento nos investimentos próprios da Alimentação Escolar, em cerca de 119,6%, em relação a 2017. No entanto, durante todo o ano de 2018 foram inúmeras as denúncias de dirigentes escolares sobre atraso no repasse do percentual da merenda na rede estadual. Incompreensível para o cidadão que paga os impostos.

### Ilhas de excelência

Outro projeto destacado no parecer da Seduc no legislativo foram as Escolas Plenas, que segundo relatado tiveram índice de aprovação em 2018, acima de 93%. Quem dera toda a rede fosse 100% de Escolas Plenas, e tivesse em cada unidade os cerca de 200 estudantes, como nas 40 escolas em funcionamento hoje.

### Propaganda enganosa

As condições privilegiadas da Escola Plena são anunciadas mas não se divulga que outros 383.698 mil estudantes estão excluídos dessa oferta. Para integrarem esse “castelo de sonhos” seria necessário o governo construir o dobro de escolas (mais outras 700, pelo menos), com infraestrutura fundamental para que os estudantes permaneçam na unidade. Enquanto isso, as 727 restantes permanecem sem plenas condições de funcionamento.

### Recursos públicos para projeto privado

Entre os projetos e iniciativas enaltecidos pela Seduc/MT estão as escolas militares, com oito unidades em todo o Estado, atendendo a 2.789 alunos. O destaque dado pela secretária de estado para justificar as unidades foi o diferencial com as demais: existe redução da evasão escolar e da frequência, com metodologia de ensino e sistema disciplinar diferenciado. Traduzindo, depois do seletivo, só os melhores ingressam, sem contar as vagas liberadas para os familiares de militares. Nepotismo com recurso público.

# PISO SALARIAL DA REDE ESTADUAL 2019 É DE R\$ 3.400,00



O Sintep-MT exige no mês de maio a categoria – maio – que o governo cumpra a integralidade dos direitos e faça a recomposição do piso salarial de 2019. Os percentuais em atraso devem ser aplicados sobre os R\$ 2.899,73 pagos, desde dezembro de 2018. E, recalculado com as variáveis de 2019 (7,69% + inflação 3,43%) o valor real do piso salarial na rede estadual será de R\$ 3.400,00, para o ano corrente.

Todo o desmonte promovido pelo recorrente quadro de fragmentação salarial da Educação, na rede estadual, com parcelamentos e calote nas recomposições devidas reduziram o benefício a valor inferior ao que deveria ser assegurado em maio de 2018. “O governo Mauro Mendes descumprir as leis estaduais dos profissionais da educação, ataca a Lei de Carreira (050/98), ameaçando a Lei 510/2013, que determina o pagamento de percentuais de recomposição, até 2023. “Não aceitaremos nada menos do que 7,69% da Lei da Dobra do Poder de Compra, mais a recomposição

inflacionária do período 3,43%, para 2019”, afirma o dirigente Henrique Lopes. Os profissionais da educação pública de Mato Grosso conquistaram, há duas décadas, uma estrutura de carreira que assegurou um projeto de Educação com o mínimo de valorização dos profissionais para avançar na qualidade de ensino. Para além dessa, a categoria avançou na implementação da Lei da Dobra do Poder de Compra dos salários (LC 510/2013). Com isso, até 2023, o piso salarial será elevado a patamares semelhante as demais carreiras do mesmo nível de formação no poder executivo. Uma medida que antecipa a Meta 17 do Plano Nacional de Educação (PNE- 2014). Esta conquista reafirma a vanguarda da luta dos trabalhadores da educação de Mato Grosso.

“É fundamental destacar que todo esse movimento não é dívida de governos, mas da luta coletiva por melhores condições de trabalho e valorização”, conclui o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.



Diante do significado da luta dos profissionais da educação de Mato Grosso, o Sintep-MT, distribuirá nos municípios, uma cartilha da Campanha Salarial de 2019, esclarecendo as leis que asseguram os direitos dos trabalhadores e que devem servir de orientação para cobrar dos governos, em especial da atual gestão Mauro Mendes, o cumprimento das defesas históricas dos educadores para assegurar a busca da educação pública de qualidade socialmente referenciada para todos e todas.

Acompanhe o Sintep/MT nas Mídias Sociais



## EXPEDIENTE

Informativo do Sindicato dos trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso  
Rua Mestre João Monge Guimarães, 102 - Bairro Bandeirantes - Cuiabá-MT  
Fone: (65) 3317.4300 - 0800.654343 - fax: 3317.4327  
Site: www.sintep.com.br  
Email: comunicacao@sintep.org.br

Presidente: Valdeir Pereira  
Secretário de Comunicação: Gilmar Soares e Edevaldo José Santos  
Secretária-geral: Miriam Ferreira Botelho  
Revisão: Maria Luiza Zanirato  
Edição, redação: Roseli Riechelmann (MTB 24400)  
Editoração Eletrônica: Jadsom Oliveira  
Fotos: Divulgação e Sintep/MT.

# NOSSA Data-Base é Maio

O problema financeiro do estado, não está na falta de recursos, mas na distribuição deles. A dificuldade do governo assegurar os investimentos necessários nas políticas públicas, e entre elas a valorização profissional dos servidores, não é de natureza econômica e sim dos recursos que existem, no entanto, vazam do caixa do estado.

Com um orçamento fiscal R\$ 24.790.693.573 (vinte e quatro bilhões, setecentos e noventa milhões seiscentos e noventa e três mil e quinhentos e setenta e três reais), e despontando em nível nacional como um dos estados que mais cresce na federação, a conta só não fecha, porque o governo deixa de arrecadar um montante equivalente a quase 50% do seu orçamento, em função das renúncias fiscais.

Para reduzir o chamado “desequilíbrio” entre receitas e despesas, os governos Federal e Estadual, teria que ter coragem de encarar

aqueles que estão há décadas se beneficiando do Estado. Contudo, atacam os direitos sociais, cortando as políticas públicas de valorização salarial e de investimentos nos setores que mais necessitam como Educação, Saúde e Segurança Pública.

A política da Dobra do Poder de Compra dos salários dos Profissionais da Rede Pública Estadual de Educação Básica, Lei Complementar no 510/2013, além de estar previsto na meta 17 do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, faz justiça com aqueles e aquelas que implementam e desenvolvem no chão da escola o projeto educacional, categoria esta que ainda possui salário abaixo da maioria dos demais servidores das carreiras do Executivo Estadual.

Maio de 2019 é a data base da categoria, é hora de exigir do governo, o respeito aos direitos. NÃO abriremos mãos das nossas conquistas. Temos a convicção, que é possível resolver os principais desafios da educação pública em nosso Estado, basta que haja investimentos e a correta aplicação dos recursos.



## É hora de reafirmar NOSSAS CONQUISTAS

*Por Nenhum Direito a Menos!*



# TABELAS SALARIAIS REDE ESTADUAL 2019



## VEJA COMO ESTÁ O SALÁRIO HOJE

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,02	2,3
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.899,73	R\$ 4.349,55	R\$ 4.929,49	R\$ 5.863,19	R\$ 6.669,31
2	1,04	R\$ 3.015,69	R\$ 4.523,56	R\$ 5.126,68	R\$ 6.097,75	R\$ 6.936,12
3	1,09	R\$ 3.146,19	R\$ 4.719,25	R\$ 5.348,53	R\$ 6.361,57	R\$ 7.236,20
4	1,14	R\$ 3.291,16	R\$ 4.936,75	R\$ 5.594,99	R\$ 6.654,75	R\$ 7.569,67
5	1,19	R\$ 3.450,64	R\$ 5.175,98	R\$ 5.866,10	R\$ 6.977,20	R\$ 7.936,48
6	1,25	R\$ 3.624,63	R\$ 5.436,96	R\$ 6.161,85	R\$ 7.328,99	R\$ 8.336,65
7	1,32	R\$ 3.827,60	R\$ 5.741,44	R\$ 6.506,92	R\$ 7.739,43	R\$ 8.803,51
8	1,41	R\$ 4.088,56	R\$ 6.132,86	R\$ 6.950,58	R\$ 8.267,09	R\$ 9.403,73
9	1,50	R\$ 4.349,55	R\$ 6.524,32	R\$ 7.394,24	R\$ 8.794,77	R\$ 10.003,97
10	1,53	R\$ 4.436,53	R\$ 6.654,82	R\$ 7.542,11	R\$ 8.970,67	R\$ 10.204,03
11	1,56	R\$ 4.523,54	R\$ 6.785,31	R\$ 7.689,99	R\$ 9.146,55	R\$ 10.404,13
12	1,59	R\$ 4.610,52	R\$ 6.915,79	R\$ 7.837,86	R\$ 9.322,45	R\$ 10.604,18

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO					
Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,0
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.899,73	R\$ 4.349,60	R\$ 4.929,54	R\$ 5.863,25
2	1,04	R\$ 3.015,72	R\$ 4.523,58	R\$ 5.126,72	R\$ 6.097,78
3	1,09	R\$ 3.160,71	R\$ 4.741,06	R\$ 5.373,20	R\$ 6.390,95
4	1,00	R\$ 2.899,73	R\$ 4.349,60	R\$ 4.929,54	R\$ 5.863,25
5	1,19	R\$ 3.450,68	R\$ 5.176,02	R\$ 5.866,15	R\$ 6.977,27
6	1,25	R\$ 3.624,66	R\$ 5.436,99	R\$ 6.161,93	R\$ 7.329,07
7	1,32	R\$ 3.827,64	R\$ 5.741,47	R\$ 6.506,99	R\$ 7.739,50
8	1,41	R\$ 4.088,62	R\$ 6.132,93	R\$ 6.950,65	R\$ 8.267,19
9	1,50	R\$ 4.349,60	R\$ 6.524,39	R\$ 7.394,31	R\$ 8.794,88
10	1,53	R\$ 4.436,59	R\$ 6.654,88	R\$ 7.542,20	R\$ 8.970,78
11	1,56	R\$ 4.523,58	R\$ 6.785,37	R\$ 7.690,08	R\$ 9.146,68
12	1,59	R\$ 4.610,57	R\$ 6.915,86	R\$ 7.837,97	R\$ 9.322,57

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO					
Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,022
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 1.739,84	R\$ 2.609,76	R\$ 2.957,72	R\$ 3.517,95
2	1,04	R\$ 1.809,43	R\$ 2.714,15	R\$ 3.076,03	R\$ 3.658,67
3	1,09	R\$ 1.887,72	R\$ 2.831,59	R\$ 3.209,13	R\$ 3.816,98
4	1,14	R\$ 1.974,72	R\$ 2.962,07	R\$ 3.357,02	R\$ 3.992,88
5	1,19	R\$ 2.070,41	R\$ 3.105,61	R\$ 3.519,69	R\$ 4.186,36
6	1,25	R\$ 2.174,80	R\$ 3.262,20	R\$ 3.697,16	R\$ 4.397,44
7	1,32	R\$ 2.296,59	R\$ 3.444,88	R\$ 3.904,20	R\$ 4.643,70
8	1,41	R\$ 2.453,17	R\$ 3.679,76	R\$ 4.170,39	R\$ 4.960,31
9	1,50	R\$ 2.609,76	R\$ 3.914,64	R\$ 4.436,59	R\$ 5.276,93
10	1,53	R\$ 2.661,95	R\$ 3.992,93	R\$ 4.525,32	R\$ 5.382,47
11	1,56	R\$ 2.714,15	R\$ 4.071,22	R\$ 4.614,05	R\$ 5.488,01
12	1,59	R\$ 2.766,34	R\$ 4.149,51	R\$ 4.702,78	R\$ 5.593,54

APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO			
Classe	Coeficiente	A	B
		1	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.319,78	R\$ 2.899,73
2	1,04	R\$ 2.412,58	R\$ 3.015,72
3	1,09	R\$ 2.516,97	R\$ 3.146,21
4	1,14	R\$ 2.632,95	R\$ 3.291,19
5	1,19	R\$ 2.760,54	R\$ 3.450,68
6	1,25	R\$ 2.899,73	R\$ 3.624,66
7	1,32	R\$ 3.062,11	R\$ 3.827,64
8	1,41	R\$ 3.270,90	R\$ 4.088,62
9	1,50	R\$ 3.479,68	R\$ 4.349,60
10	1,53	R\$ 3.549,27	R\$ 4.436,59
11	1,56	R\$ 3.618,86	R\$ 4.523,58
12	1,59	R\$ 3.688,46	R\$ 4.610,57

APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO			
Classe	Coeficiente	A	B
		1	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 1.391,87	R\$ 1.739,84
2	1,04	R\$ 1.447,55	R\$ 1.809,43
3	1,09	R\$ 1.517,14	R\$ 1.896,42
4	1,14	R\$ 1.596,73	R\$ 1.993,42
5	1,19	R\$ 1.656,33	R\$ 2.070,41
6	1,25	R\$ 1.739,84	R\$ 2.174,80
7	1,32	R\$ 1.837,27	R\$ 2.296,59
8	1,41	R\$ 1.962,54	R\$ 2.453,17
9	1,50	R\$ 2.087,81	R\$ 2.609,76
10	1,53	R\$ 2.129,56	R\$ 2.661,95
11	1,56	R\$ 2.171,32	R\$ 2.714,15
12	1,59	R\$ 2.213,07	R\$ 2.766,34

## COMO DEVERÁ SER O SALÁRIO EM MAIO DE 2019

PARA CUMPRIR A LEI 510/2013.

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 3.400,23	R\$ 5.100,35	R\$ 5.780,39	R\$ 6.875,27	R\$ 7.820,53
2	1,04	R\$ 3.536,24	R\$ 5.304,36	R\$ 6.011,61	R\$ 7.150,28	R\$ 8.133,35
3	1,09	R\$ 3.689,25	R\$ 5.533,87	R\$ 6.271,72	R\$ 7.459,66	R\$ 8.485,27
4	1,14	R\$ 3.859,26	R\$ 5.788,89	R\$ 6.560,74	R\$ 7.803,43	R\$ 8.876,30
5	1,19	R\$ 4.046,27	R\$ 6.069,41	R\$ 6.878,67	R\$ 8.181,57	R\$ 9.306,43
6	1,25	R\$ 4.250,29	R\$ 6.375,43	R\$ 7.225,49	R\$ 8.594,08	R\$ 9.775,66
7	1,32	R\$ 4.488,30	R\$ 6.732,46	R\$ 7.630,12	R\$ 9.075,35	R\$ 10.323,10
8	1,41	R\$ 4.794,32	R\$ 7.191,49	R\$ 8.150,35	R\$ 9.694,12	R\$ 11.026,95
9	1,50	R\$ 5.100,35	R\$ 7.650,52	R\$ 8.670,59	R\$ 10.312,90	R\$ 11.730,79
10	1,53	R\$ 5.202,35	R\$ 7.803,53	R\$ 8.844,00	R\$ 10.519,16	R\$ 11.965,41
11	1,56	R\$ 5.304,36	R\$ 7.956,54	R\$ 9.017,41	R\$ 10.725,41	R\$ 12.200,03
12	1,59	R\$ 5.406,37	R\$ 8.109,55	R\$ 9.190,82	R\$ 10.931,67	R\$ 12.434,64

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL PROFISSIONALIZADO 30 HORAS					
Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,022
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 3.400,23	R\$ 5.100,35	R\$ 5.780,39	R\$ 6.875,27
2	1,04	R\$ 3.536,24	R\$ 5.304,36	R\$ 6.011,61	R\$ 7.150,28
3	1,09	R\$ 3.689,25	R\$ 5.533,87	R\$ 6.271,72	R\$ 7.459,66
4	1,14	R\$ 3.859,26	R\$ 5.788,89	R\$ 6.560,74	R\$ 7.803,43
5	1,19	R\$ 4.046,27	R\$ 6.069,41	R\$ 6.878,67	R\$ 8.181,57
6	1,25	R\$ 4.250,29	R\$ 6.375,43	R\$ 7.225,49	R\$ 8.594,08
7	1,32	R\$ 4.488,30	R\$ 6.732,46	R\$ 7.630,12	R\$ 9.075,35
8	1,41	R\$ 4.794,32	R\$ 7.191,49	R\$ 8.150,35	R\$ 9.694,12
9	1,50	R\$ 5.100,35	R\$ 7.650,52	R\$ 8.670,59	R\$ 10.312,90
10	1,53	R\$ 5.202,35	R\$ 7.803,53	R\$ 8.844,00	R\$ 10.519,16
11	1,56	R\$ 5.304,36	R\$ 7.956,54	R\$ 9.017,41	R\$ 10.725,41
12	1,59	R\$ 5.406,37	R\$ 8.109,55	R\$ 9.190,82	R\$ 10.931,67

TABELA TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL NÃO PROFISSIONALIZADO					
Classe	Coeficiente	A	B	C	D
		1	1,5	1,7	2,022
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.040,14	R\$ 3.060,21	R\$ 3.468,23	R\$ 4.125,16
2	1,04	R\$ 2.121,74	R\$ 3.182,62	R\$ 3.606,96	R\$ 4.290,17
3	1,09	R\$ 2.213,55	R\$ 3.320,32	R\$ 3.763,03	R\$ 4.475,80
4	1,14	R\$ 2.315,56	R\$ 3.473,33	R\$ 3.936,45	R\$ 4.682,06
5	1,19	R\$ 2.427,76	R\$ 3.641,65	R\$ 4.127,20	R\$ 4.908,94
6	1,25	R\$ 2.550,17	R\$ 3.825,26	R\$ 4.335,29	R\$ 5.156,45
7	1,32	R\$ 2.692,98	R\$ 4.039,47	R\$ 4.578,07	R\$ 5.445,21
8	1,41	R\$ 2.876,59	R\$ 4.314,89	R\$ 4.890,21	R\$ 5.816,47
9	1,50	R\$ 3.060,21	R\$ 4.590,31	R\$ 5.202,35	R\$ 6.187,74
10	1,53	R\$ 3.121,41	R\$ 4.682,12	R\$ 5.306,40	R\$ 6.311,49
11	1,56	R\$ 3.182,62	R\$ 4.773,92	R\$ 5.410,45	R\$ 6.435,25
12	1,59	R\$ 3.243,82	R\$ 4.865,73	R\$ 5.514,49	R\$ 6.559,00

APOIO ADMINISTRATIVO PROFISSIONALIZADO			
Classe	Coeficiente	A	B
		1	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 2.720,18	R\$ 3.400,23
2	1,04	R\$ 2.828,99	R\$ 3.536,24
3	1,09	R\$ 2.951,40	R\$ 3.689,25
4	1,14	R\$ 3.087,41	R\$ 3.859,26
5	1,19	R\$ 3.237,02	R\$ 4.046,27
6	1,25	R\$ 3.400,23	R\$ 4.250,29
7	1,32	R\$ 3.590,64	R\$ 4.488,30
8	1,41	R\$ 3.835,46	R\$ 4.794,32
9	1,50	R\$ 4.080,28	R\$ 5.100,35
10	1,53	R\$ 4.161,88	R\$ 5.202,35
11	1,56	R\$ 4.243,49	R\$ 5.304,36
12	1,59	R\$ 4.325,09	R\$ 5.406,37

APOIO ADMINISTRATIVO NÃO PROFISSIONALIZADO			
Classe	Coeficiente	A	B
		1	1,25
Nível		Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 1.632,11	R\$ 2.040,14
2	1,04	R\$ 1.697,39	R\$ 2.121,74
3	1,09	R\$ 1.770,84	R\$ 2.213,55
4	1,14	R\$ 1.852,45	R\$ 2.315,56
5	1,19	R\$ 1.942,21	R\$ 2.427,76
6	1,25	R\$ 2.040,14	R\$ 2.550,17
7	1,32	R\$ 2.154,39	R\$ 2.692,98
8	1,41	R\$ 2.301,28	R\$ 2.876,59
9	1,50	R\$ 2.448,17	R\$ 3.060,21
10	1,53	R\$ 2.497,13	R\$ 3.121,41
11	1,56	R\$ 2.546,09	R\$ 3.182,62
12	1,59	R\$ 2.595,06	R\$ 3.243,82

## O QUE DEIXOU DE SER PAGO, ENTRE JANEIRO A MARÇO

TABELA DOS PROFESSORES - 30 HORAS SEMANAIS						
Classe	Coeficiente	A	B	C	D	E
		1	1,5	1,7	2,022	2,3
Nível		Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio	Subsídio
1	1,00	R\$ 536,08	R\$ 804,11	R\$ 911,33	R\$ 1.083,95	R\$ 1.232,97
2	1,04	R\$ 557,52	R\$ 836,28	R\$ 947,78	R\$ 1.127,30	R\$ 1.282,29
3	1,09	R\$ 584,32	R\$ 876,48	R\$ 993,35	R\$ 1.181,50	R\$ 1.343,94
4	1,14	R\$ 611,13	R\$ 916,69	R\$ 1.038,92	R\$ 1.235,70	R\$ 1.405,59
5	1,19	R\$ 637,93	R\$ 956,90	R\$ 1.084,48	R\$ 1.289,90	R\$ 1.467,24
6	1,25	R\$ 670,10	R\$ 1.005,14	R\$ 1.139,16	R\$ 1.354,93	R\$ 1.541,22
7	1,32	R\$ 707,62	R\$ 1.061,43	R\$ 1.202,95	R\$ 1.430,81	R\$ 1.627,53
8	1,41	R\$ 755,87	R\$ 1.133,80	R\$ 1.284,97	R\$ 1.528,36	R\$ 1.738,49
9	1,50	R\$ 804,11	R\$ 1.206,17	R\$ 1.366,99	R\$ 1.625,92	R\$ 1.849,46
10	1,53	R\$ 820,20	R\$ 1.230,29	R\$ 1.394,33	R\$ 1.658,44	R\$ 1.886,45
11	1,56	R\$ 836,28	R\$ 1.254,42	R\$ 1.421,67	R\$ 1.690,96	R\$ 1.923,44

EDITORIAL

## GREVE NA REDE ESTADUAL MARCADA PARA 20 DE MAIO



A educação pública na rede estadual encaminha greve a partir de 20 de maio, conforme deliberado pelos trabalhadores e trabalhadoras da educação na última Assembleia Geral, em março, com a participação de 103 municípios. A decisão manifesta a contrariedade dos profissionais ao descaso do governo Mauro Mendes, que desconsidera o direito dos educadores/as, assim como dos/das estudantes.

O atual governo amplia os ataques aos direitos ao parcelar salários, descumprir a lei estadual de recomposição da inflação, piorada por outra lei da gestão Mendes (EC nº 81), o corte investimentos na educação. Os profissionais estão sob ameaça da suspensão da Lei de Carreira 510/2013 (Dobra do Poder de Compra), em vigor até 2023).

Somado ao caos nos direitos trabalhistas, os/as profissionais da educação estão convivendo com o descaso aos pedidos de socorro para infraestrutura das escolas, onde comunidades escolares convivem com telhados despencando, banheiros sem portas, quando há banheiros. Rede elétrica em colapso, e até mesmo falta de laboratórios e equipamentos para assegurar o aprendizado dos estudantes.

Maio é um mês estratégico no calendário da educação, para o alerta ao governo, pois é o mês data-base na rede estadual. E é o prazo para o estado acertar o débito com os trabalhadores da educação, que virou uma bola de neve, iniciado em 2016 quando começaram os atrasos no pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). Contudo, foi em 2018/2019 que as condições se tornaram

ainda mais precárias. O piso salarial dos profissionais da educação estadual sofreu total desmonte com o calote nas parcelas devidas pelo governo. O salário que deveria ser, conforme a Lei, R\$ 2.942,00, em maio de 2018, permaneceu em R\$ 2.899,73.

A alegação de falta de recursos não condiz com a realidade financeira do estado, e é inaceitável como argumento. Estudos feitos pelo Sintep/MT revelam como mentirosa a alegação de falta de recursos. "Falta interesse em defender a educação pública e gratuita conforme definido na Constituição Federal. Existe uma onda privatista, na qual os recursos públicos estão desaguando para o bolso dos empresários e, com esta, todos os direitos assegurados aos profissionais e estudantes", afirma o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

## PARALISAÇÃO DAS ATIVIDADES DIANTE DO DESCASO COM A EDUCAÇÃO



O ofício (086/2019) entregue pelo Sintep/MT à Secretaria de Estado de Educação (Seduc), após Assembleia Geral da categoria em março, continua sem resposta do governo. As recorrentes políticas de desmonte da Educação Pública, agravadas pelo ataques aos direitos trabalhistas, chegando ao parcelamento dos salários, resultou no indicativo de greve para 20 de maio.

A insatisfação dos profissionais foi manifestada na paralisação da educação pública, em 24 de abril, durante a Semana Nacional em Defesa da Escola Pública (22 a 26 de abril) como alerta dos/as educadores/as. "A mobilização foi uma advertência aos governos, e

principalmente, ao governador Mauro Mendes, que insistem no descumprimento dos direitos dos profissionais da educação e no desmonte da Educação Pública", afirma o presidente do Sintep/MT, Valdeir Pereira.

Os trabalhadores da educação enumeram recorrentes ataques a Educação Pública, justificados pela contenção de gastos no governo federal (Emenda Constitucional nº 95), bem como no governo estadual (EC 81), que tem gerado o calote também no atual governo Mauro Mendes.

## Pauta de reivindicação exige o cumprimento da Lei

As exigências dos/das profissionais da educação da rede estadual são para que o governador Mauro Mendes cumpra a legislação e assegure os salários em dia, pagando como determina o acordado na Constituição, até o dia dez do mês, e de forma integral. Para além disso, que o governo faça a correção dos salários quitando os valores do atraso salarial e suspenda, imediatamente, o parcelamento/fracionamento dos salários.

Estão na pauta de 2019 também a exigência do pagamento de 1/3 de férias aos contratados; o cumprimento da decisão judicial que suspende o desconto previdenciário sobre valores da Dedicção

Exclusiva; as melhorias da estrutura física das unidades escolares e dos equipamentos pedagógicos. E mais, estende a exigência para a estrutura também das Escolas Quilombolas, do Campo e Indígenas.

Dois pontos novos que integram a reivindicação focam a qualidade da educação pública gratuita. Um deles é a extensão da tabela salarial de nível superior para o Apoio, Administrativo Educacional profissionalizado; e o outro é quanto a ampliação da Escola Plena para o maior número de estudantes. "Defendemos que garanta o Direito à Educação para todos, com qualidade e acesso ao conhecimento em sua plenitude", conclui o presidente.

## AGENDA DE LUTA

**15 DE MAIO**  
**GREVE NACIONAL**  
**DA EDUCAÇÃO**

CONTRA O DESMONTA DA APOSENTADORIA.  
RUMO À GREVE GERAL DA CLASSE TRABALHADORA

**18 E 19 DE MAIO**  
**CONSELHO DE**  
**REPRESENTANTES**

**20 DE MAIO**  
**ASSEMBLEIA GERAL**

É HORA DE REAFIRMAR NOSSAS CONQUISTAS,  
POR NENHUM DIREITO A MENOS

# GOVERNO FEDERAL QUER IMPLANTAR A “UBERIZAÇÃO” NA EDUCAÇÃO

O processo de terceirização dos/as trabalhadores/as da educação apresenta uma nova modalidade: o Professor “Uber”. O projeto é uma nova ação na política de desmonte de direitos dos/as profissionais da educação, iniciada no governo Temer com a Reforma Trabalhista e com a Lei da Terceirização, entre outras. Agora é intensificada com as medidas apresentadas pelo governo Bolsonaro, como a proposta de educação domiciliar e a política de “voucher” na educação (uma espécie de bolsa para os pais pagarem escolas para os filhos).

E, a uberização é, na verdade, mais um política economicista da gestão federal que compõe a “qualidade da educação” determinada pelos padrões do Ministério da Economia. Essa medida faz parte do programa ultraliberal que não admite direitos trabalhistas e sociais para os/as profissionais da educação pública.

Por meio da proposta de uberização, “ampliam-se as contratações temporárias de professores e professoras, o que já promove uma precarização nas condições de trabalho e salário da nossa profissão”, esclarece o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo.

Segundo o dirigente, a situação é agravada pela edição da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que reduz os recursos financeiros entre outras áreas para a educação. Ela inviabilizará a realização de Concurso Público e demandará profissionais precarizados



causando prejuízos a educação pública.

O presidente lembra que com a Reforma do Ensino Médio está autorizada a contratação de pessoas com notório saber, sem licenciatura, ou seja, pessoas que não são professores. Aliando isso à reforma trabalhista, a tendência de fato é aumentar a urberização de professores/as na Educação Básica, hoje uma realidade na maioria das redes de Educação no país.

O processo de contratos precários de profissionais se intensificará com a rotatividade, e ingresso dos “ubers” da educação. Essa proposta intensifica também o projeto de “voucher” apresentado pelo governo Bolsonaro, ainda na campanha ao

governo. “Será uma medida colocada em prática em breve”, aponta o presidente da CNTE

Conforme Heleno Araújo, a omissão do MEC em participar do debate sobre um novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) é um indício de que esse (voucher) será um dos mecanismos de ‘financiamento’ da educação, intensificado pelo anúncio do ministro da economia de Bolsonaro, Paulo Guedes, de desvincular os recursos da Educação. “Essa é uma medida clara de implantação do “voucher” na educação”, alerta o presidente.

## Política de contenção de gastos corta aulas dos estudantes

Uma política de contenção de gastos da Prefeitura de Colíder descumpra o direito dos estudantes da rede estadual de Mato Grosso às 800 horas anuais ainda os estudantes precisam dividir salas de aulas com outras turmas. O projeto em andamento, desde 2018, cortou o transporte escolar do período vespertino em três escolas do campo. O prefeito determinou que os ônibus que atendem também as unidades estaduais funcionem apenas no período matutino.

O corte de gastos reduziu inclusive o aprendizado dos estudantes que fazem disciplina no Ensino Médio Profissionalizante, no período vespertino. Segundo a vice-presidente do Sintep de Colíder,

Lucy, professora em uma das unidades de ensino a dificuldade é ainda maior com as salas divididas por compensados para separar duas turmas, no mesmo espaço.

No ano passado a comunidade promoveu manifestações que não foram ouvidas além do limite perimetral do município. “A secretária de estado de educação, Marioneide Kliemaschewsk, esteve no município, contudo, diante da irreversibilidade do prefeito, a situação permaneceu como estava”, informou a professora.

Segundo o Sintep no município, a comunidade escolar esteve na Seduc-MT para reivindicar uma

solução. Foram feitos documentos para a promotoria, manifestações na prefeitura e na Câmara Municipal. Mas nada mudou. “O governo do estado é conivente com a situação e esse é mais um motivo para paralisarmos as atividades. Com o atual cenário não conquistaremos mudanças sem enfrentamento”, alerta o secretário de redes municipais do Sintep/MT, Henrique Lopes.

O descaso impacta na vida escolar de pelo menos 400 estudantes das escolas de Palmital, Cafenorte, e Nova Galileia, que atendem as séries iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, o Médio Integrado e a Educação de Jovens e Adultos.

# FIM DO FUNDEB É O IMINENTE PROBLEMA PARA AS REDES MUNICIPAIS

A Educação Pública, nos municípios de Mato Grosso, poderá voltar a década de 90 caso o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) termine em dezembro de 2020, como previsto na lei. A ausência de outra fonte de recursos que promova a divisão solidária dos investimentos na educação reduzindo as desigualdades socioeconômicas entre as redes municipais, é bem provável que haverá um colapso na educação nas redes municipais.

O Fundo é composto por 20% dos recursos obrigatórios para a educação advindos dos três entes federados. O total é dividido pelo número de matrículas na Educação Básica Pública o que gera o valor do custo aluno. E o repasse é feito para os estados conforme o percentual de arrecadação e o respectivo número de estudantes. “Foi a forma encontrada para nivelar o mínimo necessário de investimento por estudante da escola

pública e, dessa forma, igualar a qualidade da Educação entre as redes estaduais e municipais”, destaca o secretário de redes municipais do Sintep/MT, Henrique Lopes.

Com o fim do Fundeb e sem outra política de financiamento da Educação Pública, 2021 será o ano de colapso na educação, especialmente, nas redes municipais. Mato Grosso, é um estado rico, com arrecadação estadual acima da média nacional do custo aluno, porém, a maior parte dos impostos recolhidos não voltarão mais para as redes municipais, ficará com o governo do estado.

Com a redução de recursos como ficarão as redes municipais, que hoje recebem mais estudantes do que a sua capacidade financeira? “As séries iniciais do Ensino Fundamental e a Educação Infantil estão praticamente atendidos em cem por cento nos municípios, como manterão esses estudantes sem os recursos do Fundeb?”, questiona.

Lopes alerta para a necessário equilíbrio de matrículas entre as redes estadual e municipais para garantir que os recursos mantenham a qualidade da educação para todos. “O governo do estado lavou as mãos da responsabilidade com os estudantes das séries iniciais aproveitando o conto do vigário que caíram os prefeitos, com a tese de que mais aluno significaria mais recursos”, explica.

Os recursos do Fundeb asseguram a valorização dos profissionais, com percentuais destinados a pagamento de salários. Sem o recurso, as Prefeituras terão que buscar alternativas para a manutenção dos profissionais nas escolas. E mais, a correção do piso salarial nacional é vinculada a correção do Fundeb, o que aponta um cenário de difícil perspectiva, também para os trabalhadores da educação. O governo federal acredita que já possui um projeto: a uberização dos professores, a terceirização dos funcionários e os vouchers para que as famílias paguem a educação dos filhos.

## Redes Municipais

# Educadores buscam perspectivas reais para avançarem em seus direitos

Desde o início de abril, o Sintep/MT vem realizando encontros regionais com o objetivo de organizar e mobilizar os profissionais da educação nas redes municipais de ensino. No conteúdo dos debates está o estudo que comprova, no orçamento público, recursos para assegurar as defesas históricas de piso salarial profissional nacional, enquadramento dos funcionários na carreira, jornada de 30 horas.



06 e 07 de Abril – Rondonópolis MT

O Encontro de Redes Municipais, por Macrorregional do estado iniciou-se em Rondonópolis, sendo o primeiro dos cinco polos que incluem Cuiabá, Nova Xavantina, Tangará da Serra. Para o mês de maio está programado Sinop, e em junho, Tangará da Serra.



11 e 12 de Abril – Cuiabá MT

Durante os encontros são abordados pontos fundamentais para organizar os enfrentamentos, juntos às Prefeituras, e assegurar os direitos da carreira. Os aspectos legislativos, que garantem o direito dos trabalhadores e trabalhadoras da educação, são apresentados e, a partir destes, são analisadas as carreiras nas redes municipais com base nos

parâmetros defendidos pelo SINTEP/MT e CNTE.

Após avaliação de cada situação, os participantes criam estratégias para a implantação do piso salarial profissional. Ainda entre os pontos estudados estão as condições da previdência própria do município, e como desenvolver as campanhas salariais, a partir da

análise orçamentária do município.

O maior desafio verificado são nos Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), a inclusão dos/as funcionários/as na carreira e o que significa na prática o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para todos e todas. Mais grave ainda é a intensificação da terceirização dos serviços executados nas escolas por empresas privadas.

Para o secretário de redes municipais, Henrique Lopes, “apesar das diversas mobilizações e avanços conquistados pela categoria nos municípios, as disputas são feitas sobre o que os gestores acreditam como possível, e não como a legislação exige, com base nos direitos dos trabalhadores”. Ele diz que em muitas disputas as administrações citam a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que é usada como justificativa para atropelar o direito.

“A LRF tem peso igual a lei que assegura o Piso Salarial Profissional Nacional. Se existe problema com o limite de gastos do município cabe ao prefeito buscar medidas que reduzam os gastos e não atropelar outra lei federal”, alerta.

# REFORMA DA PREVIDÊNCIA É UM ATAQUE A DIREITOS E RECURSOS DA POPULAÇÃO



Para o Sintep/MT, os profissionais da educação têm a responsabilidade, de cátedra, de fazerem o debate sobre a Reforma da Previdência de Bolsonaro, nas salas de aulas, com os/as colegas e para além desses, com cada cidadão e cidadã. É preciso lembrar que não serão apenas os trabalhadores e trabalhadoras da educação os afetados/as. O projeto em andamento ataca direitos sociais, das pessoas que são os responsáveis pela cesta de recursos que estarão mexendo. A previdência não é do governo é de toda a população.

A Reforma da Previdência de Bolsonaro é pauta da luta sindical. O Sintep/MT tem promovido debates para reafirmar que o fim da Previdência Pública, a aposentadoria é apenas um item do estrago promovido pelo Projeto de Lei nº 006/2019, afetará também a Saúde e a Assistência Social. Com os benefícios e serviços garantidos pela Seguridade Social,

drasticamente reduzidos, até mesmo a distribuição de remédios a pacientes da rede pública de saúde correm o risco de diminuir ou acabar.

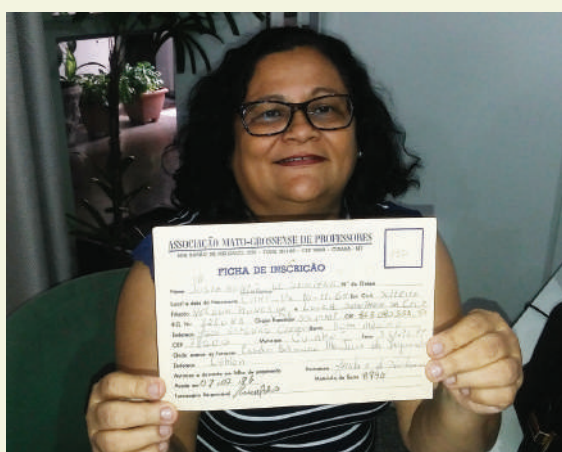
Um exercício recomendado para aqueles/as que já passaram dos 50 anos é relembrar a situação dos idosos e pessoas com deficiência, que estavam fora do regime de Previdência Social. Essas pessoas viviam em situação de mendicância, muitas se alimentavam de restos de alimentos, ou esmolavam centavos para sobreviverem nas grandes cidades. A mudança do cenário só se deu com a Constituição Cidadã (Constituição Federal de 1988). Até então, não existiam recursos federais destinados a compensar as pessoas que estavam fora do conceito de cidadania.

O alerta dos analistas é de que se é fato que a aposentadoria precisa ser revista e adequada, por que acabar com toda a Seguridade Social.

Para o professor doutor da UFMT, Bartolomeu José Ribeiro, os esforços do governo deveriam estar na arrecadação e não nos investimentos. A capitalização proposta como investimento individual para a aposentadoria de cada trabalhador, atenderá aos interesses dos bancos, mas não o bolso do assalariado descapitalizado.

O professor registra a contradição na acusação da Previdência deficitária. É uma cesta de recursos da qual o próprio governo autoriza o saque regular de até 30% do montante (Desvinculação de Recursos da União – DRU). Outro ponto destacado, são os recorrentes refinanciamentos das dívidas dos empresários com a Previdência. Ficam sem depositar o montante da contribuição e, quando cobrados, renegociam. “Dados da receita mostram que em 17 anos foram feitos mais de 35 refs (refinanciamento fiscal), informa o professor.

## A luta é permanente até mesmo para aqueles que já não estão no fronte



Professora aposentada das redes estadual e municipal de Cuiabá, Justa Nunes de Santana, reafirma seu compromisso com a luta por direitos. Filiada no Sintep/MT desde 1986, quando ainda denominava-se Associação Mato-grossense dos Profissionais da Educação (AMPE), a companheira se mantém firme para fortalecer as trincheiras na organização dos trabalhadores e trabalhadoras da educação.

“Nós, profissionais da educação, só avançaremos nas conquistas se organizados. Quando me filiei, em 86, fui motivada pelos companheiros da escola estadual João Briene de Camargo, que faziam a luta por pagamento de salários. Na época o atraso era de três meses. Conquistas se perdem, só a luta reafirma e avança os direitos”.